

Miragens de Brasília

Há poucos dias, num encontro ocorrido em São Paulo, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, pareceu surpreendido com a extensão da inquietude exibida por centenas de pequenos e médios empresários frente à voracidade fiscal do estado brasileiro. Não se pode fazer uma guerra santa contra a União, ponderou Bresser Pereira, enquanto lhe couber cuidar das obras de infra-estrutura. O argumento é pertinente — e é certo que Bresser Pereira, um homem íntegro e competente, defendeu-o com sinceridade. Mas a tese exige reparos imediatos.

Nenhum brasileiro sensato está interessado em mover alguma guerra, seja ou não santificada, ao estado como instituição. Hoje em dia, só mesmo anarquistas, conservados em formol poderiam sonhar com seu desaparecimento. E nem o mais empêdenido inimigo de todos os governos ousaria propor a abolição de impostos destinados a custear a execução de obras de infra-estrutura essenciais ao desenvolvimento do país. Também neste campo, todavia, há obras e obras.

Nos anos 70, por exemplo, o governo Emílio Garrastazu Médici decidiu que a construção de uma rodovia rasgando a Amazônia era indispensável à infra-estrutura da região. Não era: a Transamazônica, na definição do atual senador Roberto Campos, foi apenas um traço entre o deserto árido e o deserto úmido até ser tragada pela selva. Já os investimentos no setor das telecomunicações, feitos em larga escala nessa mesma época, aceleraram a modernização do país e se mostraram inteiramente justificáveis. Um governo incapaz de discernir entre realizações que ficarão e miragens condenadas à lata de lixo da História pode investir, em usinas nucleares, convencido de que está assegurando energia a um bom pedaço da América do

Sul, e acabar às voltas com os detritos atômicos que hoje atormentam Goiânia.

Feita a distinção, convém registrar que investimentos em obras de infra-estrutura, mesmo quando equivocados, não figuram na raiz das aflições demonstradas pelos empresários brasileiros diante da vocação do governo.

Para quem contempla o estado brasileiro, muito mais assustadoras são a imensa rede de ralos por onde saem despesas supérfluas, a obesidade da máquina administrativa, a irresponsabilidade que preside a distribuição de verbas e, também, a iniquidade do sistema fiscal imposto à nação.

O governo arrecada o quanto pode de quem está ao alcance das garras do fisco (e poupa descaradamente alguns clientes preferenciais). Gasta muito, bem mais do que seria tolerável, e sobretudo gasta mal. Pior ainda, joga dinheiro fora com a desenvoltura do menino rico que nega explicações a quem não pertence ao círculo doméstico. Se não fosse assim, nossas autoridades hoje se veriam forçadas a pelo menos pedir desculpas aos contribuintes que financiaram o desastre do programa nuclear e seguem financiando a multidão de ociosos que, à falta do que fazer, transformaram Brasília na capital da intriga.

Registrou-se um leve sopro de esperança quando o presidente José Sarney divulgou a decisão de enxugar o aparato ministerial. Mas, a julgar pela tibieza das reformas até agora anunciadas — que se limitam a fundir ministérios sem sequer arranhar-lhes as formidáveis gorduras — nada vai mudar. Os empresários brasileiros têm, portanto, fundadas razões para fustigar o governo. E o ministro Bresser Pereira breve poderá não ter ânimo algum para defendê-lo.